

SUMÁRIO*

Painel IV – O Papel Estratégico do Arquivista no Poder Judiciário

Moderador: Edson Alves Lacerda

Wadson Silva Faria	04
Lamberto Ricarte Serra Júnior	12
DEBATES	21
Vídeo: “ <i>Into the Future</i> ”	23

* Textos sem revisão dos oradores

PAINEL IV – O PAPEL ESTRATÉGICO DO ARQUIVISTA NO PODER JUDICIÁRIO

RIOGRANDINO TABAJARA BARBOSA ALVES BRANCO

Mestre de Cerimônias

Senhoras e senhores, bom dia.

Reiniciamos o trabalho do "I Seminário sobre Gestão Documental no Poder Judiciário", uma realização do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça e do Centro de Estudos Judiciários do Conselho da Justiça Federal, com o patrocínio da Cooperativa de Crédito Mútuo dos Servidores do Poder Judiciário e do Ministério Público da União – Credisutri – e da Associação dos Servidores do Superior Tribunal de Justiça – ASSTJ.

Será apresentado o quarto Painel, que abordará o tema: "O papel estratégico do arquivista no Poder Judiciário".

Para compor a Mesa, convidamos o Sr. Edson Alves Lacerda, Coordenador de Guarda e Conservação de Documentos do Superior Tribunal de Justiça, que será o Moderador desta apresentação; os palestrantes Sr. Wadson Silva Faria, do Tribunal Superior Eleitoral, e o Sr. Lamberto Ricarte Serra Júnior, da Câmara dos Deputados.

Com a palavra o Sr. Edson Alves Lacerda, que conduzirá os trabalhos.

EDSON ALVES LACERDA

*Coordenador de Guarda e Conservação de Documentos
do Superior Tribunal de Justiça – Brasília/DF*

Bom dia a todos.

Faço alguns agradecimentos, que considero extremamente necessários para a realização deste evento, que está tendo um enorme sucesso, a pessoas fundamentais na consecução dos nossos objetivos. Primeiramente, agradeço a presença da Exma. Sra. Ministra Ellen Gracie, Presidente do Supremo Tribunal Federal; do Exmo. Sr. Ministro Raphael de Barros Monteiro Filho, Presidente do Superior Tribunal de Justiça e do Conselho da Justiça Federal; do Exmo. Sr. Ministro Carlos Alberto Menezes Direito, Presidente da Comissão de Documentação, também desta Corte; e do Exmo. Sr. Desembargador Eduardo Alberto de Moraes Oliveira, Vice-Presidente do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, que com discursos sábios e efusivos abrilhantaram ainda mais este evento.

Gostaria também de agradecer ao Dr. Miguel Augusto Fonseca de Campos, Diretor-Geral do Superior Tribunal de Justiça, que se sensibilizou com a proposta deste evento, permitindo que acontecesse; ao Dr. Alcides Diniz da Silva, Secretário-Geral do Conselho da Justiça Federal, que propiciou o indispensável auxílio do Centro de Estudos Judiciários, disponibilizando a página de inscrição, bem como às recepcionistas que realizaram as inscrições e recepcionaram os participantes; ao Professor Darcy Closs e à Dra. Altair Maria Damiani Costa, Secretários de Documentação do Superior Tribunal de

Justiça e do Supremo Tribunal Federal, respectivamente, que não têm medido esforços em prol da gestão documental nessas duas Cortes; à Assessoria de Cerimonial e Relações Públicas do Superior Tribunal de Justiça, que nos auxilia nos quesitos formais de apresentação e abertura; à Coordenadoria de Programação Visual, à equipe da Sra. Tais da Silva Villela, que elaborou toda a arte visual, tanto do Seminário quanto da Exposição "O Arquivo mostra o STJ"; à Assessoria de Serviços Gerais, que tanto nos ajudou com o *coffee-break* tão propício no intervalo; e um agradecimento especial à Coordenadoria de Guarda e Conservação de Documentos, a todas as equipes que compõem as suas seções: Seção de Documentos Judiciários, Seção de Documentos Administrativos, Seção de Preparo Técnico, Laboratório de Conservação e Restauração de Documentos, que estiveram diretamente voltadas para a realização da Exposição, que teve sua abertura realizada no dia de ontem; e a todas as pessoas que, porventura, tenha esquecido de mencionar, mas que, de alguma forma, contribuíram para a realização deste evento.

O tema do quarto Painel "O papel estratégico do arquivista no Poder Judiciário" foi especialmente escolhido, porque hoje se comemora o "Dia do Arquivista". Dessa forma, parabeno todos os colegas arquivistas presentes e congratulo-me com todos aqueles trabalhadores que, a despeito de não terem a graduação nesta área do saber, são exemplos honrosos de proficiência e respeito à profissão que abarcaram. Todas as formas de labor são nobres e necessárias. Desde o mais humilde trabalhador até aquele que ocupa o mais alto escalão, todos têm sua dignidade reconhecida não pelo cargo que ocupam, mas, sim, pelo amor e dedicação que dispensam ao seu ofício.

Arquivista, deleite-se, porque hoje é o seu dia. Profissional que, em tempos de revolução cognitiva, como o que vivemos, tem a sua atuação cada vez mais reconhecida e valorizada.

Como bem disse os excelentíssimos senhores ministros, o que seria das organizações sem o mister dos profissionais de Arquivologia, o qual consiste em transformar documentos e informações em conhecimento.

Novamente, parabeno a todos os colegas de profissão, estendendo o louvor também àqueles que desenvolvem atividades típicas de Arquivologia.

Passo a palavra ao Sr. Wadson Silva Faria, Bacharel em Arquivologia pela UnB; Especialista em Organização de Arquivos pela USP; Mestre em Ciência da Informação pela UnB; Coordenador de Protocolo, Expedição e Arquivo do Tribunal Superior Eleitoral; Membro da Câmara Setorial de Arquivos do Poder Judiciário e Professor da Cadeira de Arquivologia da Fajesu – Centro Educacional e Faculdade Jesus Maria José -, a quem tive o privilégio de ter como Mestre a despeito da sua pouca idade.

Bom dia.

Gostaria de agradecer o convite para participar deste evento e dizer que é uma honra estar aqui novamente, ocupando este espaço, para discutir o papel do arquivista nas instituições do Poder Judiciário, compondo a Mesa com o Sr. Edson Alves Lacerda, egresso da UnB, e com o Sr. Lamberto Ricarte Serra Júnior, meu colega de turma na Câmara, e agradecer também a presença de todos, dos colegas da Justiça Eleitoral, do Poder Judiciário e dos demais Poderes aqui presentes.

Parabenizo os arquivistas, pois não poderia deixar de lembrar do nosso dia, e agradeço ao Superior Tribunal de Justiça por fazer o esforço em nos reunir, porque sei que organizar um seminário e convidar pessoas exige um custo muito alto, e as pessoas presentes não se desviaram de suas funções para promover este evento.

O Superior Tribunal de Justiça está sempre disposto a proporcionar as condições e disponibilizar o seu espaço para a realização dos mais diversos encontros como este, que é o terceiro evento específico da área realizado nesta Casa.

Quanto ao tema “O papel estratégico do arquivista no Poder Judiciário”, tentarei ater-me ao que há de mais importante dentro do Poder Judiciário.

Nos quase dez anos em que trabalho no Tribunal Superior Eleitoral, muitas vezes representando o Poder Judiciário no Conarq ou nas câmaras setoriais, afirmo convictamente que o papel estratégico do arquivista não é a custódia, a guarda ou a preservação dos documentos, apesar de entender que também sejam, mas envolve a sua participação na construção e na elaboração de políticas arquivísticas de gestão documental e a sua participação como agente da informação, intervindo desde o momento da produção de documentos.

Apresentarei alguns dados para melhor compreensão do papel desempenhado pelo arquivista, que está um pouco distante da postura patrimonialista tão comum, que forjou a sua imagem durante todos esses anos e da qual não temos sentimento algum de menor valia, pois foi a base da nossa profissão. Mas, com o passar do tempo, dadas as modificações e a inovação tecnológica, rompemos – ou precisamos ainda romper – com essa imagem, apesar de não ser uma realidade em todo o corpo da nossa profissão, mas que está se alterando lentamente, como já foi exposto pelos palestrantes que me antecederam e alguns até avançaram bem nessa questão.

Alguns de vocês podem pensar: como pode ser estratégico o papel do arquivista no Poder Judiciário se a imagem que fazemos desse profissional é uma pessoa de jaleco branco, “enfiada” num subsolo, cuidando da memória da instituição? Mas esse ainda é o nosso papel e não temos como abandonar tal função, até porque no Poder Judiciário e em outras instituições há um passivo documental significativo em suporte papel. Mas o

foco estratégico da ação do arquivista neste momento, pelo menos é o que tem sido objeto de debate dos cursos de Arquivologia, principalmente no curso de pós-graduação da UnB, é como agente da informação; o objeto do seu trabalho abandona o documento enquanto suporte e foca na informação.

Muitos palestrantes que aqui versaram a respeito de temas correlatos fizeram essa afirmação de alguma forma. O Professor Renato, ressaltando de maneira enfática, tornou evidente que o arquivista precisa sair da sua toca para antecipar-se aos problemas gerados durante o trâmite documental e estudar melhor a gênese do documento. O Professor Renato, que trabalha com o tema da classificação há um bom tempo, percebe a importância da organização da informação ainda no momento da sua produção, o que, de certa forma, sustenta a posição que adoto.

A visão tradicional do arquivista, de atuar com o passivo documental e tentar resolver problemas acumulados durante o trâmite administrativo, é entendida por algumas correntes da Arquivística como ultrapassada ou limitadora – essa expressão pode, às vezes, ofender alguns profissionais que, por força da sua atividade específica no trato documental, não têm condições de fazer esse rompimento.

Dentro da Arquivística, costuma-se identificar três correntes, que são facilmente visualizadas: a tradicional, em que a maioria da população conhece e identifica o arquivista; a chamada *record manager*, ou seja, o gestor da documentação, expressão nascida nos Estados Unidos no pós-guerra com foco muito grande tanto na primeira idade quanto na segunda, fazendo uma separação distinta do arquivo, como o central, o intermediário e o permanente, da fase corrente da gestão de documentos; e a arquivística integrada, em que todas essas ações estão integradas, como o próprio nome diz, sem que se tenha foco em um arquivo permanente, histórico ou corrente na gestão documental, pois a visão é global.

Do ponto de vista teórico, não há diferença entre as três correntes; a base continua sendo os princípios arquivísticos. Na verdade, há um posicionamento de profissionais que estão mais próximos de algumas dessas correntes com relação à ação do arquivista. O arquivista tradicional prende-se ao arquivo permanente ou histórico e executa as suas ações quando a massa ou o conjunto documental chega a esse arquivo. As intervenções arquivistas se dão apenas no final do ciclo de vida documental.

No *record manager* acontece o contrário: existe a ação de um profissional que não necessariamente tem a formação de arquivista, mas possui uma condição multidisciplinar e atua nos problemas com relação ao uso dos documentos e informações ainda voltado para a administração sem se preocupar com a transferência, o recolhimento e a sua recuperação futura.

A arquivística integrada entende que todas essas ações têm que estar enlaçadas; todos os procedimentos a serem tomados, construídos ou preparados na política arquivística na parte inicial do ciclo de vida têm que estar desenhados e

entrelaçados até o final do ciclo. É preciso ter um plano de classificação único para as três idades, uma tabela única, uma única forma de organizar e, conseqüentemente, de recuperar tais informações, não aguardando que os documentos cheguem ao arquivo ou fiquem nele somente durante a fase corrente.

O trabalho de organização das informações é pensado e planejado pelo arquivista, mas nenhuma organização documental se faz sem a presença ou a participação do usuário, do gestor documental, durante a vigência do valor primário.

O Professor Renato por ocasião de sua palestra abordou a questão do estudo de usuários, e esse aspecto é importante, pois recebemos críticas de que os instrumentos construídos por arquivistas são para os arquivistas e só funcionam com eles, não havendo a participação das demais pessoas da instituição na organização da documentação.

É preciso ser dito, dentro das instituições, que a organização documental só será eficiente e eficaz quando todas as pessoas da instituição entenderem que a missão de organizar as informações para a classificação não é apenas do arquivista, mas uma missão de todos, cabendo ao arquivista entender que não é um reduto, uma propriedade nem uma responsabilidade dele, mas deve participar às pessoas da instituição explicando o quanto é necessário fazer-se a organização dos documentos ainda no momento em que estão tramitando na fase corrente.

É preciso um esforço maior para explicar o plano de classificação e as tabelas de temporalidade, entender quais as dúvidas dos usuários e realizar as adequações e a elaboração de sistemas. Creio que o Professor Renato e também o Sr. Wilmar tenham tocado neste assunto: não há plano ou projeto de organização arquivística que vingue se não possuir uma sustentação, um arcabouço de normas e procedimentos ou uma política arquivística que garanta sua manutenção no decorrer do tempo.

No exemplo dado ontem pelo Sr. Renato a respeito dos Ministérios que apresentaram resultados mais consistentes, como o Ministério do Planejamento e o da Saúde, o trabalho de organização foi iniciado há pouco mais de 20 anos, e agora é que estão sendo colhidos os frutos e surtindo-se os efeitos, ou seja, o trabalho de organização no Poder Judiciário remonta há 1996.

Na minha dissertação de mestrado, elaborei um estudo a respeito da normalização dos instrumentos de gestão arquivística na Justiça Eleitoral e, para esse levantamento, tomei por base a Resolução nº 4, do Conarq. Observei que, dentro da Justiça Eleitoral – universo da minha pesquisa –, as ações efetivas de organização – evidentemente que antes de 1996 uma ou outra ação isolada foi tomada –, o surgimento de instrumentos de plano de classificação e de tabela de temporalidade só ocorreu de fato após a Resolução nº 4, do Conarq, de 1996, e o desenvolvimento, dentro da Justiça Eleitoral, deu-se de forma crescente de 1996 para cá.

De 1999 para 2000, foi realizado, juntamente com a Câmara Setorial dos Arquivos do Poder Judiciário, um levantamento de diagnósticos dos arquivos do Poder Judiciário, que não avançou até a ponta do Poder, mas ficou nos tribunais. Foi feito um comparativo, dentro da Justiça Eleitoral, do desenvolvimento do levantamento realizado de 2000 até 2005.

Para se ter uma idéia da situação em 2000, com relação aos planos de classificação, apenas 20% da Justiça Eleitoral possuía instrumentos de classificação. Com o levantamento da pesquisa, finalizada em 2006, percebi que o percentual subiu para 48%.

Os Arquivos da Justiça Eleitoral

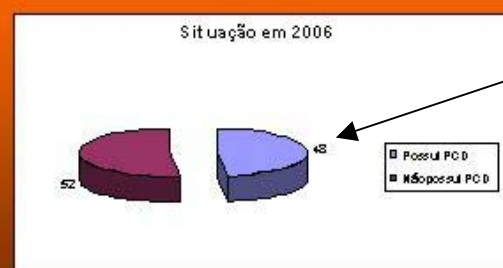
Análise quantitativa-descritiva

Planos de Classificação

- A pesquisa identificou na amostragem coletada que 48% dos órgãos da Justiça Eleitoral possuem planos de classificação e que dentre os 52% que ainda não os têm, 18% estão tentando desenvolvê-los.



Fonte: Relatório Estatístico sobre a Situação dos Arquivos da Justiça Eleitoral (TSE, 2000).



Fonte: Elaboração própria com base no levantamento de dados da pesquisa.

Os Arquivos da Justiça Eleitoral

Análise quantitativa-descritiva

Tabelas de Temporalidade Documental

- A pesquisa identificou na amostragem coletada que 57% dos órgãos da Justiça Eleitoral possuem TTDs e que dentre os 43% que ainda não as têm, 22% estão tentando desenvolvê-las.



Fonte: Relatório Estatístico sobre a Situação dos Arquivos da Justiça Eleitoral (TSE, 2000).



Fonte: Elaboração própria com base no levantamento de dados da pesquisa.

O crescimento, tanto do plano de classificação quanto da tabela de temporalidade, é considerável – separei os dois instrumentos quando do levantamento, porque ainda existem instituições que têm uma tabela, mas não um plano; a tabela não está conjugada com o plano de classificação. Pode-se estimar que, em um período de 6 a 10 anos, a Justiça Eleitoral conseguirá alcançar a marca de 70% a 80% de normalização de seus instrumentos.

Tais ações só foram possíveis a partir da realização de eventos como este, em que o arquivista sai da sua atividade rotineira para discuti-las, entendendo que a organização dos documentos se faz com a compreensão dos conceitos, com a sua aplicação, com a sua instrumentalização, discutindo políticas, pois, em quase todos eventos de que tenho participado dentro do Poder Judiciário a respeito de Arquivologia tem-se falado da política arquivística, porque ela sustenta esses trabalhos; é a base que garante que o arquivista seja visto e entendido como profissional do ponto de vista estratégico para a eficiência e a eficácia administrativas.

Os documentos são produtos do desenvolvimento de uma atividade; nascem, portanto, da necessidade administrativa. Nenhum documento nasce para ser consultado no futuro, mas para atender a uma necessidade administrativa. Organizamos e preparamos esse conjunto documental para ser recuperado, em um primeiro momento,

com vistas a atender a essa necessidade; pelo menos essa é a visão mais moderna da Arquivística.

A questão cultural ou histórica é secundária – não menos importante – e vem a reboque. Evidentemente, na medida do possível, o arquivista constrói os instrumentos e a forma de organização dos projetos, entendendo que cumpre um papel muito importante.

O Colega Wilmar fez uma abordagem quanto à ineficiência da máquina pública, citando o “Diagnóstico do Poder Judiciário”, elaborado a pedido do Ministério da Justiça, mostrando que era uma justificava das ações de organização ou de gestão documental nas instituições do Poder Público – Poderes Judiciário, Executivo e Legislativo – como um papel do arquivista. É aí que o arquivista entra e cumpre a sua função estratégica dentro do Poder Judiciário, entendendo sua participação na formulação dessas políticas e possibilitando construir manuais de procedimentos, estabelecer projetos para o trato da informação e que não está preso ao suporte documental, porque a nossa realidade ainda é o suporte papel.

Fiz alguns cálculos e estimei nesse levantamento que o Poder Judiciário tem algo em torno de 100 mil quilômetros de documentos em suporte papel – é o montante de que temos conhecimento. Quanto à parte eletrônica, não há condições ainda de se medir e de se chegar a dado algum, porque não houve pesquisa ou levantamento que pudesse sustentar qualquer tipo de cálculo. Dos 100 mil quilômetros, temos, em algum nível de tratamento, menos de 5%. Ainda nos cabem em torno de 98 mil quilômetros para organizar, eliminar, classificar e tomar todas as precauções. O que torna evidente é que o crescimento vegetativo tem aumentado.

Tabela 2 - Evolução: estrutura, eleitorado e produção documental

Ano	Eleitores	População	Unidades Administrativas	Produção Documental em metros lineares
1945	7.499.670	13,4%	4	6,76
1954	15.104.604	34,5%	16	4,16
1974	35.810.715	34,8%	34	11,44
1982	58.871.378	46,4%	35	17,29
1987	69.166.810	49,9%	46	19,5
1992	90.222.835	60,0%	56	33,8
1995	94.768.404	61,6%	99	32,63
2004		66,35%	105	74,62

Fonte: TSE, IBGE e SADEK (1995).

A tabela acima apresenta o levantamento que realizei no Tribunal entre 1945 a 2004. Tomei por base a quantidade de eleitores, o que demonstra de certa forma o tamanho da estrutura dos órgãos da Justiça Eleitoral.

Em 1945, havia quase 7 milhões e 500 mil eleitores. Até o último levantamento realizado na documentação, no ano de 1995, havia 94 milhões e 768 mil, correspondendo a 61% da população. Para a Justiça Eleitoral cumprir esse papel, as unidades administrativas saltaram, em média, de quatro para algo em torno de 105 – são os departamentos, setores, secretarias e coordenadorias para atender a sua missão.

A última coluna da tabela trata do crescimento vegetativo, o que o Tribunal produzia de documentos por ano. Em 1945, o crescimento ano era de quase sete metros; em 2004, o número subiu para mais de 74 metros, tomando-se por base o arquivo, porque muitos documentos não chegam ao arquivo, pois são perdidos durante o trâmite ou eliminados antes de lá chegar.

O crescimento vegetativo continua aumentando exponencialmente. A massa de 100 mil quilômetros não vai parar tão cedo. As ações para o controle e a organização dos documentos parecerão um trabalho de Sísifo: trabalha, espera chegar no arquivo, trabalha e, quando se acha que está tudo bem, chega uma quantidade maior de documentos e nunca se consegue atingir ou proporcionar uma eficiência administrativa, porque há um passivo documental relevante.

As ações estão voltadas para a produção, ou seja, a intervenção do arquivista se faz antes mesmo de o documento ser produzido. Quando se sabe que se produzirá um documento, a organização deve partir da sua produção, padronizando atos administrativos; regulando procedimentos; eliminando duplicidade de tipologias documentais e realizando o controle dessas tipologias, evitando, dessa forma, documentos com o mesmo nome ou com nomes diferentes para a mesma função.

O Dr. Álvaro Luis, em sua palestra, reportou-se ao trabalho desenvolvido pelo arquivista no Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios com o passivo documental, e, de forma tangencial, abordou o problema da produção documental.

O Professor Malheiros, recentemente, em sua última passagem por Brasília, apontou um estudo, que vem sendo realizado por um grupo em Portugal, visando à diminuição de documentos dentro do processo judicial, prevalecendo somente as peças que realmente sejam importantes para o julgamento e, conseqüentemente, para o trato documental, porque eles entendem que a ação da Justiça será sempre materializada no processo, ou seja, não há como diminuir a produção de processos, mas há como racionalizá-lo. Atualmente, se fizermos uma análise do processo, observaremos que há inúmeros documentos e peças que poderiam ser evitados. O arquivista passa de agente passivo de um documento a colaborador na sua produção e, com isso, os ganhos com essa organização são refletidos.

Com o advento do processo judicial eletrônico, a racionalização do que será inserido dentro do processo torna-se muito importante e tem impacto na liberação de espaço em máquina, na facilidade de análise dos autos etc. A idéia é que essa medida acelere o processo, como foi mostrado no Juizado Especial, que julgou de 2005 até hoje aproximadamente 2 milhões de processos, o que é considerado um volume significativo. Se os processos continuarem a ser produzidos da forma como vem ocorrendo, com a geração de cópias e cópias de documentos – às vezes, há três, quatro ou até cinco cópias do mesmo documento dentro do mesmo processo –, isso dificultará bastante o tratamento e as ações de preservação futura desses documentos.

O papel do arquivista não abandona, mas afasta-se um pouco do documento enquanto suporte ou meio material para o registro das informações, volta-se para a informação em si e, assim, avança-se da Arquivística para a Gestão da Informação e do Conhecimento. É o uso do conhecimento, do *know-how* do arquivista com o fim de facilitar ou melhorar a gestão da informação e até a produção ou a geração de conhecimento em um nível um pouco mais amplo e produtivo, enfim, estratégico para a instituição.

Finalizando, abordei, de maneira resumida, a discussão sobre o papel do arquivista, acrescentando que ainda há um passivo documental muito grande para trabalhar as ações da Arquivística, mas precisamos olhar para o futuro e nos preocuparmos com o que ainda será produzido e não apenas com o que está sendo

produzido. Temos que andar na frente dessa linha, desse ritmo, porque, senão, seremos atropelados. O arquivista será muito mais útil para as instituições se conseguir fazer as intervenções necessárias ainda pensando na informação, não deixando que o passivo documental produzido fique perdido. Devemos agir com um olho no futuro e o outro no passado e no presente.

Muito obrigado.

EDSON ALVES LACERDA

Agradeço a palestra do Sr. Wadson Silva Faria.

Gostaria de chamar a palestra do Colega Lamberto Ricarte Serra Júnior, Bacharel em Arquivologia pela Universidade de Brasília; está concluindo o curso de Especialização em Avaliação de Gestão Pública na Escola Nacional de Administração Pública, Enap; Diretor de Arquivo da Câmara dos Deputados e responsável pela Gestão das Informações Arquivísticas da Casa; Membro dos Comitês de Gestão do Conhecimento e de Sistematização de Informações Digitais da Câmara dos Deputados; e Diretor de Parcerias do Pólo do Distrito Federal e da Sociedade Brasileira de Gestão do Conhecimento.

LAMBERTO RICARTE SERRA JÚNIOR

Membro dos Comitês de Gestão do Conhecimento e de Sistematização de Informações Digitais da Câmara dos Deputados – Brasília/DF

Bom dia a todos.

Gostaria de agradecer o convite para participar deste Seminário e poder conversar com os senhores. Em função de estarmos nos confraternizando pelo "Dia do Arquivista", pediria uma salva de palmas para todos nós, arquivistas, especialmente para os colegas que estão na platéia.

Quero enaltecer e ressaltar as palavras do Sr. Wadson no sentido da importância desse profissional, o quanto é um personagem e tem um papel relevante dentro das atuais organizações, e a minha abordagem será nesse sentido.

É importante começarmos entendendo quais são essas organizações. O que está acontecendo no mundo, no Brasil, nas organizações públicas que colocam o profissional de arquivo em destaque e com uma grande responsabilidade? Na verdade, vivemos um momento de inovação.

Trago um dado bastante interessante: na semana passada, foi adquirida uma empresa, que começou no fundo de um quintal, um empreendimento pequeno. Dois colegas começaram a desenvolver uma ferramenta, que fez um sucesso gigantesco, gerando a utilização por milhões de usuários. As pessoas da minha idade poderão pensar que esteja falando da *Microsoft* e do Bill Gates, mas estou falando do *Google*, que comprou, na semana passada, por 1,6 bilhões de dólares o *You Tube*, ferramenta para compartilhamento de vídeo. É algo extremamente novo. Esse empreendimento em si quase não tem valor, ou seja, é apenas um pequeno ambiente com, se não me engano,

onze funcionários, operando um parque tecnológico bem simples, mas que gerou uma aquisição milionária nos Estados Unidos.

O que está por trás disso? O que os dois inovadores do *Google* – que já é, por si só, uma organização extremamente inovadora e recente – enxergaram de interessante para adquirir essa tecnologia por uma fortuna, o *You Tube*? Não sei se os senhores já o utilizaram. Acredito que quem seja usuário da *Internet*, de alguma forma, esteve diante da possibilidade de assistir e compartilhar vídeos por meio do *You Tube*.

Na verdade, o *Google* vê a possibilidade de ter um processo de inovação, está enxergando que o compartilhamento de vídeo será algo extremamente rentável no futuro, e pagaram por essa empresa algo muito superior ao seu próprio valor. Se pararmos para pensar no que adquiriram, veremos que não foram máquinas, não foi estrutura, em termos de edificações, não compraram prédios, não compraram, muito menos, o serviço braçal das pessoas, mas o conhecimento, a inovação; e pagaram muito caro por isso, muito acima do valor real daquele ativo adquirido. Na verdade, pagaram pelo que chamamos de “ativo intangível”.

A própria *Microsoft* – apenas para trazer mais um número; depois abandonarei as referências internacionais, tratando, especificamente das do Brasil – tem um valor de mercado, na Bolsa de Nova York, de mais de 200 bilhões de dólares, sendo que, em termos de ativos declarados no balanço da empresa, declaram algo em torno de 89 bilhões; há uma diferença de mais de 100 bilhões de dólares que se trata puramente de “ativo intangível”, de conhecimento, de capacidade de inovação da empresa *Microsoft*.

O que isso significa no nosso cotidiano, no nosso dia-a-dia? Quando falamos em organizações, é fundamental que elas busquem um diferencial competitivo. Para as empresas privadas significa lucro, ou seja, quanto maior o processo de inovação dentro da organização, mais lucros terá. No nosso universo, das organizações públicas, isso significa eficiência, significa fazer mais com menos, vale dizer, economia de recursos.

Foi essa a tônica que ouvimos ontem em algumas das palestras: o quanto o Poder Judiciário está investindo no sentido de se tornar mais eficiente, de conseguir fazer mais com menos, de dar uma resposta mais satisfatória para a sociedade.

Nesse contexto, a atividade do profissional de arquivos, que é um profissional da informação, insere-se de forma decisiva, porque boa parte do que fazemos significa a possibilidade de aprimorar processos e dar melhor condição, tanto interna quanto externamente, de o recurso informacional ser utilizado no sentido de gerar diferencial competitivo, ou, no caso da esfera pública, eficiência operacional e administrativa.

É importante conceituarmos “Gestão da Informação”. Proponho-me, posteriormente, a avançar um pouco nessa discussão e tratar da gestão do conhecimento.

Pode-se perguntar: estamos falando, em um Seminário sobre gestão documental, a respeito do papel estratégico do arquivista para o Poder Judiciário, e por que, então, falar em gestão do conhecimento? Explicarei ao longo da palestra, mas este é o caminho: a utilização da possibilidade cognitiva de produzir novos conhecimentos, de produzir inovação e de aperfeiçoar processos. O próprio Sr. Edson, na sua fala introdutória, falou de uma revolução cognitiva, no que concordo plenamente, pois é o que estamos vivendo.

Ontem, em alguns momentos, foi colocada a possibilidade de extrapolarmos um pouco no nosso universo habitual de trabalho, nos nossos paradigmas tão sólidos e cristalizados em termos de informação, principalmente a informação registrada.

Permito-me, então, provocá-los com a possibilidade de o profissional de arquivos colaborar em um processo de gestão de conhecimento dentro das organizações, o que funciona e é importante, porque o gestor de qualquer organização, pública ou privada, no momento do processo de tomada de decisão, tanto a administrativa quanto a que está relacionada com a atividade finalística da organização, tem de estar suportado com informações confiáveis.

No caso do Poder Judiciário, acredito que a decisão, do ponto de vista da análise e da elaboração de sentenças em processos judiciais, seja fortemente amparada na informação e no conhecimento. É nesse sentido que quero que o profissional de arquivo se observe e procure se enxergar como um dos profissionais que auxilia no processo de tomada de decisão, já que tem a possibilidade de colocar à disposição do decisor as informações certas no momento certo.

O que é Ciência da Informação? Em que contexto estamos operando-a? O próprio IBICT – Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia – tem reconhecido a Arquivística como uma ciência própria, ou seja, com um domínio que, de alguma forma, é tão amplo quanto a Biblioteconomia, e não está mais dentro de um contexto das chamadas ciências da informação, pura e simplesmente.

A partir da elaboração de uma lista de ramos do conhecimento, a Arquivística está sendo colocada como uma ciência do conhecimento, uma ciência com seu referencial teórico próprio. Mas, enquanto essa discussão não se cristaliza, buscarei o conceito de ciência da informação, de Antonio Miranda, apenas para que possamos situar em que lugar o discurso que estamos travando insere-se:

“A Ciência da Informação (...) estuda o fenômeno dos registros de conhecimentos e trabalha pelo aperfeiçoamento das formas de produção, armazenamento e uso (ou seja, de todo o ciclo informacional) do conhecimento registrado”.¹

¹ MIRANDA, Antonio. *A ciência da informação e a teoria do conhecimento objetivo: um relacionamento necessário*. Ciência da Informação: teoria e metodologia de uma área em expansão. Elmira Simeão (Org.). Brasília: Thesaurus, 2003. p. 173 – 187.

É o ambiente em que tradicionalmente agimos, baseados em informações que estejam, de alguma forma, registradas e que, acredito, sejam mais úteis quando estão, de alguma forma, afetas ao processo de tomada de decisão.

Não podemos menosprezar – também não caminharíamos nesse sentido –, nem esquecer que a informação é o registro da memória da organização, que não é estática, não é passiva, está ali exatamente para servir a algo. Não podemos pretender que os nossos arquivos sejam apenas depósitos passivos de documentos e informações que não tenham alguma utilidade, pois têm que ser úteis para a própria organização e para a sociedade:

“(...) a informação nasce no cérebro, a partir da captação exterior dos sentidos e é expressa ou registrada pelas faculdades mentais e motoras dos homens, com ou sem ajuda de ferramentas, objetos ou máquinas”.²

Tal conceito, apresentado pelo Professor Luiz Carlos Lopes, é interessante, porque podemos perceber, quando falamos de algum modo em informação, que é um processo cognitivo, é algo que tem origem na mente humana e, quando externalizada, participa de um processo de comunicação, gera um impacto nas pessoas que a recebe, fazendo com que possa ser utilizada para a execução de algo, por um processo de transformação – melhor quando esse processo é inovador, quando consegue aperfeiçoar o funcionamento das nossas organizações a partir das informações à disposição.

A informação constitui, então, “uma mercadoria tão vital para a empresa como os recursos humanos, materiais ou financeiros, sem os quais ela não conseguiria viver”.³

Considerando a informação como um recurso vital, precisa ter o mesmo tratamento dado pelas organizações, atualmente, aos recursos financeiros, materiais e patrimoniais. Se a organização se dispõe a investir pesadamente em metodologias e tecnologias da informação para melhor gerir seus recursos financeiros e, igualmente, gerir de forma adequada os recursos patrimoniais (os prédios, os veículos, os bens móveis e imóveis que algumas possuem), tal investimento também deve ser dado ao recurso da informação, porque é estratégico, o que nos leva a crer que a informação, principalmente a orgânica, que é a que interessa aos profissionais de arquivo, é fundamental para permitir uma pesquisa retrospectiva para produzir uma redução da incerteza, fator fundamental para que a decisão tomada dentro da organização se dê de forma clara e gere os resultados que tanto internamente os colaboradores daquela organização esperam quanto a sociedade.

O que isso tem a ver com o conhecimento? A nossa percepção é a de que o processo de inovação dentro das organizações passe também pela possibilidade de aprender e, a partir de uma organização que aprende, produzir novos conhecimentos

² LOPES, Luiz Carlos. A informação e aos arquivos: teoria e práticas. Niterói: EDUFF; São Carlos: EDUFSCar, 1996.

³ ROUSSEASU, Jean-Yves, COUTURE, Carol. Os fundamentos da disciplina arquivística. Trad. Magda Bigotte de Figueiredo. Lisboa: D. Quixote, 1998.

dentro dela, o que se dá pelo compartilhamento, pela possibilidade de as pessoas trocarem experiências por um processo de aprendizado em ação: faço melhor à medida que tenho a oportunidade de trocar conhecimento, informação e experiência com outras pessoas e interiorizar isso no meu processo de agir.

Vou me permitir falar um pouco do Judiciário, embora seja do Legislativo.

Acredito que um juiz quando analisa um processo para proferir uma sentença esteja usando as informações que estejam nele e as que, de alguma forma, possa ter acesso em outros sistemas, em publicações, em livros, em periódicos e, também, a possibilidade de trocar experiências e informações com outras pessoas. Na verdade, é algo muito mais complexo do que simplesmente o acesso à informação orgânica, disponibilizada pelo profissional arquivista, por meio dos seus processos naturais de gestão.

Se o processo de tomada de decisão envolve essa completude, ou seja, uma série de variáveis que fogem do nosso tradicional paradigma como arquivistas, é importante que o profissional de arquivos tenha um olhar para a questão do conhecimento, o que nada mais é que “uma mistura fluida de experiência condensada, valores, informação contextual e *insight* experimentado, a qual proporciona uma estrutura para a avaliação e incorporação de novas experiências e informações. Ele tem origem e é aplicado na mente dos conhecedores. Nas organizações, ele costuma estar embutido não só em documentos ou repositórios, mas também em rotinas, processos, práticas e normas organizacionais”.⁴

É um conceito de dois estudiosos americanos: Thomas H. Davenport e Laurence Prusak; é uma das definições de gestão do conhecimento ou do seu uso dentro das organizações.

Normalmente, quando temos acesso a um conhecimento para o processo de tomada de decisão, usamos quatro etapas. Na verdade, a partir do momento que tomamos conhecimento e precisamos, a partir dele, agir, usamos o modelo da “comparação”. Buscamos entender de que forma aquela informação relativa ao tema tratado compara-se a outras informações ou situações que, de alguma forma, tenhamos vivenciado. Fazemos isso mentalmente, durante o processo de tomada de decisão.

Em seguida, refletimos em relação às “conseqüências”: que implicações estas informações trazem para as decisões e tomadas de ação que empreenderemos?

Logo depois, fazemos “conexões”: quais as relações deste novo conhecimento com o conhecimento já acumulado?

⁴ DAVENPORT, Thomas H., PRUSAK, Laurence. Conhecimento empresarial: como as organizações gerenciam o seu capital intelectual. 2 ed. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

É possível, ainda, fazer um processo de “conversação”, a partir de um diálogo com outras pessoas; inferir ou buscar informações no sentido do que essas pessoas pensam a respeito daquela informação ou do conhecimento que se pretende utilizar.

Essas quatro etapas refletem um pouco da complexidade que praticamos no nosso dia-a-dia, quando, de alguma forma, estamos nesse ambiente corporativo, que é complexo, em que não só agimos em função das informações que temos acesso, mas do relacionamento que temos com nossos processos de trabalho e com as pessoas que compartilham esse ambiente organizacional.

Se reconhecemos que a criação do conhecimento é fundamental para a inovação dentro das organizações e que as organizações que têm sucesso, na verdade, o conquistaram por investirem pesadamente em processos de gestão do conhecimento, que implicam num melhor aproveitamento de todo o capital intelectual que dispõem, temos que nos observar enquanto profissionais da informação e buscar o nosso papel na problemática da gestão do conhecimento, no contexto de que a informação torna-se um elemento importante.

Tenho a seguinte percepção com relação a este problema: muitos autores têm colocado que a gestão do conhecimento é uma associação de pessoas, e a área de recursos humanos, que, em geral, tem investido bastante na questão da gestão do conhecimento, principalmente quando fala em gestão por competência, ou seja, em aproveitar as pessoas certas nas atividades certas, para isso, precisa conhecer adequadamente os colaboradores. Existem algumas iniciativas de gestão de conhecimento, como o banco de talentos, o próprio processo de gestão por competência premiando, na verdade, o mérito das pessoas, algo que na área pública seria fundamental, um processo meritório, no qual serão premiadas as pessoas que mais colaboram com a organização.

Observamos, também, um forte investimento na área tecnológica. A tecnologia da informação é fundamental para o sucesso de qualquer organização. Existem práticas de gestão do conhecimento fortemente amparadas em tecnologia, que auxiliam as organizações a melhorar o seu processo decisório, como as comunidades de prática, que é um bom exemplo, e o uso da tecnologia para o compartilhamento das informações.

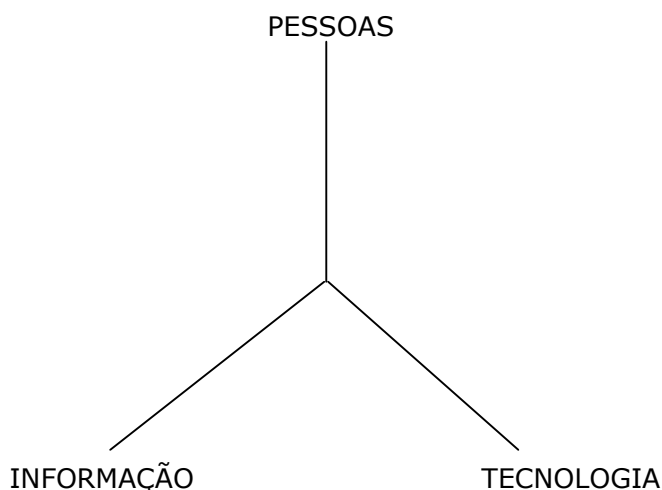
Acredito que todos, pelos menos durante quinze minutos por dia, acessem os *e-mails* e observam quem, de alguma forma, tem trocado informações e conhecimentos. Em alguns casos, perdemos uma hora ou mais somente apagando *spams* – praga que infesta as organizações –, mas a tecnologia da informação está aí para facilitar a comunicação, a troca e o compartilhamento de informações entre as pessoas dentro da organização.

O que tenho ouvido bastante nos eventos de gestão do conhecimento de que tenho participado são pessoas elencarem como terceiro elemento desse tripé o aperfeiçoamento dos processos de trabalho: gestão do conhecimento é composto por

peessoas, tecnologia da informação e processos de trabalho. Essa visão, no meu modo de ver, é parcial e tem uma explicação, porque as pessoas que estão atualmente agindo em gestão do conhecimento não conhecem gestão da informação, não possuem o que nós, profissionais arquivistas, possuímos: uma formação sólida na definição das estratégias e dos meios de possibilitar às organizações tratar, gerir, compartilhar e distribuir informação orgânica, que é a que realmente interessa no processo decisório: a informação que está dentro da organização e produzida por ela.

Faço a seguinte proposta, como um tripé para a gestão do conhecimento:

Pilares da gestão do conhecimento (adaptado)⁵



Recentemente, fiz um estudo para produzir um *paper* sobre este assunto e, pela *Internet*, encontrei várias referências aos componentes da gestão do conhecimento e apenas uma referência à questão da informação como elemento fundamental para a consolidação do processo de gestão do conhecimento, de um autor espanhol chamado Augustí Canals, que, na verdade, trazia mais um elemento, seria um quarto item que poderia, de alguma forma, contribuir para a gestão do conhecimento, mas na minha análise julgo que apenas esses três seriam suficientes para termos uma compreensão mais clara do quê e como a gestão do conhecimento pode colaborar nas organizações, tanto públicas quanto privadas.

As perguntas, talvez, que ainda se esteja fazendo sejam: o que tenho a ver com isso? Por que gestão do conhecimento, de alguma forma, é um foco de atuação ou de interesse do profissional da área de arquivos? Temos que buscar, sempre, um ponto de contato com o que há de moderno dentro das organizações para que possamos superar o paradigma – que foi colocado por alguns colegas –, do profissional de arquivos como guardador de papel, não que a função de manter e gerir depósitos de documentos não seja uma atividade nobre e importante dentro das organizações, mas nunca é vista com a importância que, efetivamente, tem.

⁵ CANALS, Augustí. ¿Quo vadis, KM? La complejidad como nuevo paradigma para la gestión del conocimiento. FUOC, 2002. Disponible em <http://www.uoc.edu/in3/dt/2006/index.html>. Acesso em: 13 jun.2006.

Se perguntarmos aos administradores qual a quantidade de recursos investidos em tecnologia da informação, nos responderão que é muito superior a qualquer tipo de recurso disponibilizado para a gestão documental, não que não seja importante, mas para se buscar os meios de se ter uma gestão documental adequada dentro da organização é preciso usar uma linguagem, um diálogo em que o administrador entenda e reconheça a real importância.

No passado, quando queríamos, de alguma forma, dar valor à atividade arquivística, tínhamos que nos aproximar das tecnologias da informação, ou seja, era muito mais fácil convencer o gestor da importância do trabalho na área de arquivos se, de alguma forma, a tecnologia fosse associada à atividade de gestão, o que gerou alguns distúrbios, alguns desvios, uma tendência de substituição do suporte da informação em alguns casos exagerada e com projetos não muito adequados.

Atualmente, temos um outro conjunto, um outro referencial teórico, que nos dá a possibilidade de interagir dentro das nossas organizações de forma muito mais participativa e colaborativa, que é o processo de criação de conhecimento organizacional.

Se as áreas de recursos humanos estão investindo pesadamente na capacitação das pessoas para que possam atuar como disseminadores do conhecimento, por meio de tecnologias, como o Ensino à Distância, e investindo muito forte, também, dentro das organizações com a educação continuada, com as universidades corporativas, temos que buscar os pontos de contato, ou seja, o ponto principal é o de que o arquivista tem de se aproximar dos termos que estão hoje à sua disposição, relacionados à gestão do conhecimento, pois muitos deles têm um forte ponto de contato com a área de arquivo.

Por exemplo: tem-se falado bastante em *history-telling*, termo em inglês que significa, na verdade, contar histórias ou narrativas. As organizações estão usando o processo de narrativa para, de alguma forma, capturar esse conhecimento tácito. Fazemos isso há muito tempo dando o nome de história oral, de que muitas pessoas já devem ter ouvido falar.

A gestão da informação orgânica dentro das organizações é uma atividade, porque possui um ponto de contato estreito com a gestão do conhecimento. O arquivista precisa tomar pé, ou seja, ter contato com essas atividades para que, de alguma forma, possa colaborar no processo de criação do conhecimento dentro da organização.

Uma organização moderna trabalha com planejamento estratégico, com gestão de projetos e em todos esses momentos é importante que haja processos de captura e compartilhamento do conhecimento, o que sabemos fazer. Então, cabe a nós, neste momento, como profissionais da informação, ampliarmos um pouco nosso horizonte, sairmos do nosso paradigma confortável de gestores de documentos e começarmos a olhar em que momento, em que ponto podemos ajudar a organização a produzir conhecimento, a gerar inovação e a aprimorar as ações dentro dela.

Para atingir esses objetivos, acredito que as universidades devam investir na criação de disciplinas de gestão do conhecimento, nos cursos de graduação em Arquivologia e nos cursos de mestrado e doutorado.

Coloco à disposição dos senhores a Sociedade Brasileira de Gestão do Conhecimento. O *site* da associação, que é uma organização não-governamental sem fins lucrativos, é: www.sbgc.org.br. No portal, existem textos técnicos sobre o assunto. Represento, em Brasília, o Pólo do Distrito Federal dessa associação e estamos com planos de organizar, para o início do próximo ano, provavelmente no início de março, um Seminário sobre gestão do conhecimento para profissionais da informação a fim de discutir e colocar à disposição o referencial teórico da gestão do conhecimento, as práticas de gestão do conhecimento, além de buscarmos, a partir desse diálogo, entender o quanto nós, arquivistas, precisamos nos aproximar da gestão do conhecimento para aprimorarmos as organizações em que atuamos e trabalhamos atualmente.

Muito obrigado.

EDSON ALVES LACERDA

Agradeço ao Sr. Lamberto Ricarte Serra Júnior pela brilhante apresentação.

EDSON ALVES LACERDA

Pergunta formulada pela Sra. Sandryni Barreto: "A literatura mostra que os principais profissionais que atuam como gestores do conhecimento são os administradores de empresas. Sou estudante de Biblioteconomia da Universidade Federal de Pernambuco/UFPE e curiosa no assunto de gestão do conhecimento. O senhor acha que a falta de conscientização das novas competências profissionais e dos novos mercados e espaços de atuação levam os profissionais da informação: arquivistas, historiadores e bibliotecários a não participarem efetivamente dessa nova área?"

LAMBERTO RICARTE SERRA JÚNIOR

Sem dúvida, o maior foco de atuação atualmente está nos profissionais da área de administração e de recursos humanos. Por que é importante que o bibliotecário, o arquivista e os profissionais da informação participem e colaborem em projetos de gestão do conhecimento? Na verdade, a informação é o conhecimento externalizado, ou seja, existe o chamado "espiral do conhecimento" de Nonaka & Takeuchi, que mostra os processos de externalização e internalização do conhecimento.

Quando falamos da informação, na verdade, ela trata do conhecimento externalizado. E se informação é conhecimento de alguma forma e temos todo o referencial, toda a técnica para geri-la, por que não falamos também em gestão do conhecimento? Faltam-nos diálogo, interesse e buscar essa participação.

Há quatro anos participo do Comitê de Gestão do Conhecimento da Câmara dos Deputados, no qual temos desenvolvido algumas práticas de Gestão do Conhecimento, como as Comunidades de Prática e o Concurso Câmara em Idéias, no qual ganhamos um prêmio de inovação, e estamos com um projeto para viabilizar a utilização do *history-telling*, história oral.

Neste momento, a área de recursos humanos está desenvolvendo um programa de planejamento estratégico, do qual participamos ativamente desde o início da atividade, buscando nossos pontos de contato, ou seja, em que nós, enquanto profissionais da informação, podemos colaborar.

A atividade de gestão dos projetos implica, também, no registro do conhecimento, que tem tudo a ver com a atividade do arquivista e do bibliotecário. As informações disponíveis em portais na *Internet*, estão, de alguma forma, baseadas em estruturas de taxionomia, ou seja, de classificação – atividade também dos profissionais de arquivo e bibliotecários.

Mas nos falta essa compreensão e, quando isso acontecer, realmente, teremos a atividade de gestão do conhecimento feita de forma muito mais clara e precisa dentro das organizações.

WADSON SILVA FARIA

Gostaria de complementar o que disse o Sr. Lamberto.

A gestão documental é um braço da gestão da informação que, por sua vez, é um dos tripés da gestão do conhecimento. Temos a gestão da informação, a gestão de pessoas e a gestão de tecnologias da informação, que formam o tripé de sustentação da gestão de conhecimento. O arquivista, o bibliotecário e os outros profissionais envolvidos na gestão da informação têm um papel importante. Não podemos nos furtar a isso, até porque a gestão do conhecimento só será possível com esses três elementos e, como a gestão da informação é a área de atuação dos arquivistas, bibliotecários, museólogos, comunicólogos, enfim, de todos os profissionais da área de gestão da informação, temos que colaborar com isso e participar disso, até para não ficarmos para trás e depois reclamar dos espaços não ocupados.

LAMBERTO RICARTE SERRA JÚNIOR

Gostaria de citar apenas um exemplo do quanto essas questões são multidisciplinares. Ontem e hoje se falou um pouco a respeito da questão do estudo do usuário, pois o profissional de arquivos necessita começar a entender que deve ter uma visão mais ampla de todas essas questões.

Em uma organização que integra o Poder Judiciário é fundamental identificar, a partir de um processo de pesquisa, qual o interesse individual de cada um dos juízes ou julgadores para disseminar de forma seletiva a informação para esse profissional, antecipar-se à demanda e não esperar que a informação seja solicitada; é preciso entender qual o interesse daquele juiz, qual o ramo de atuação em que costuma julgar e levantar as fontes informacionais que se tem no acervo, disponibilizando-as, colocando a informação antes mesmo que seja solicitada. A disseminação seletiva da informação e o estudo de usuário, que são atividades da Biblioteconomia, devem ser apropriadas pelo arquivista.

KONRAD AMARAL

A pergunta que gostaria de fazer é a respeito do tema da palestra do Sr. Wadson, mas permeia também o discurso do Sr. Lamberto.

Pelo que entendi, o papel estratégico do arquivista é a sua participação na implementação de políticas arquivísticas, com a da gestão documental. O arquivista participando da formulação de tais políticas, passa pela questão de ter que fazer o convencimento da cúpula, das autoridades. Gostaria de saber da experiência dos senhores, de como fizeram para sensibilizar a administração superior. Na prática, muitas vezes, nos encontramos numa estrutura de arquivo em que não há uma visibilidade

grande na instituição e precisamos fazer um trabalho de convencimento. Como fazer um trabalho de convencimento e participar da implementação dessas políticas?

LAMBERTO RICARTE SERRA JÚNIOR

De alguma forma, havia tratado dessa questão na minha apresentação. É necessário buscar algo que lhe dê visibilidade. Se o problema dentro da sua organização ainda passa pela questão da tecnologia, seria interessante fazer o mesmo que fizemos na Câmara dos Deputados, em 2003: apresentamos o filme chamado "*Into the Future*" – Entrando no Futuro, de 1997, produzido por uma organização americana, que alerta quanto aos riscos de perda das informações em suporte digital –, para o pessoal da área de informática e para a alta administração. As pessoas ficaram impressionadas e desesperadas pela quantidade de informações que estavam migrando para o suporte digital. A partir dali, possibilitou-nos a criação de uma parceria com a área de tecnologia da informação e começamos a ganhar visibilidade.

Quando o arquivista sai da sua zona de conforto e começa a participar de outras atividades que a organização entende que são valorosas tem a possibilidade de, primeiramente, ser visto pelos outros profissionais e, depois, começar a interferir em todos esses processos. Participo, voluntariamente, do Comitê de Gestão de Conhecimento da Câmara dos Deputados e trabalho intensamente com conjuntos de profissionais das diversas áreas.

O fundamental é o arquivista começar a participar de ações que sejam multidisciplinares dentro da organização onde trabalha, e a organização tem de começar a enxergar que essas atividades precisam ser desenvolvidas em rede, pois nenhum profissional possui todas as competências.

É importante que cada um colabore com aquilo que sabe, para que possa fazer acontecer, de forma clara e verdadeira, o que a organização precisa que aconteça.

WADSON SILVA FARIA

Sr. Konrad, a minha experiência dentro do Poder Judiciário com relação ao questionamento talvez seja muito pessoal, mas abrir espaço para o arquivista, a visibilidade a que se referiu o Lamberto, perto dos dirigentes das instituições, não é algo muito fácil. Quando há uma conjugação de fatos que o levam à possibilidade de participar desse processo é muito bom, mas não é o que ocorre, não é o comum, pelo menos dentro do Poder Judiciário, pelo que tenho observado na Justiça Eleitoral. Não há espaço para chegarmos a participar dessas discussões ou conseguirmos dizer a essas autoridades, a esses dirigentes que podemos colaborar.

No Tribunal Superior Eleitoral, a minha experiência foi a seguinte: trabalho. Só se consegue mostrar para um dirigente que se é útil, até em outras coisas que não somente na sua área específica de atuação, quando conseguimos mostrar o trabalho realizado. Não precisamos apresentar o trabalho numa ação de *marketing* tão poderosa.

A nossa área é muito importante para a organização, pois precisa dessas informações e carece, em vários níveis, do nosso trabalho. Quando o arquivista trabalha e apresenta o produto do seu trabalho bem feito, a organização faz uso disso e acaba, sem que tenhamos empreendido ações de *marketing* tão fortes, enxergando e se perguntado: “Por que agora estou conseguindo alcançar os objetivos? O que passou a funcionar que me possibilitou ter essas informações precisas e em tempo rápido?” A partir disso, o trabalho do arquivista vai sendo apresentado para a organização em vários níveis, a confiança aumenta e o profissional arquivista começa a participar desses espaços.

Alguém poderá dizer: “O arquivista fez aquele trabalho. Ele conhece dessa área e pode colaborar”. Então, é convidado. Não há outra forma de se chegar aos dirigentes, às autoridades, na minha visão, que não pelo trabalho; ficar quieto no canto e esperar que alguém nos veja, nos enxergue, nos ache interessantes, importantes, estratégicos para o desenvolvimento da organização não ocorrerá.

EDSON ALVES LACERDA

Permito-me falar pelo Superior Tribunal de Justiça quanto a essa questão. Penso que um ponto importante seja a questão da especialização. Em todas as áreas existem pessoas graduadas para exercer a profissão; na área da Contabilidade, os contadores; na área do Direito, os bacharéis em Direito e por que não termos na área da Arquivologia os arquivistas? Não desmerecendo os profissionais que trabalham sem a graduação, mas é importantíssimo que, a partir do momento em que se tenha o título, sejamos ouvidos. A experiência no STJ e em todas as organizações ocorre dessa forma. A partir do momento em que se sabe do que se está falando, o pessoal da área de informática e das outras áreas lhe darão ouvidos e dirão: “O profissional tem competência para tanto, porque estudou para isso”.

Muito obrigado.